



ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: do paradigma dominante ao emergente

*Priscila Alves Pereira*¹

*Francisca de Paula Santos da Silva*²

*Alfredo Eurico Rodrigues Matta*³

*Alberto Batinga Pinheiro*⁴

Eixo temático: 2 – Alfabetização e história

Resumo

O presente texto busca analisar a situação da alfabetização na educação brasileira, considerando a influência dos paradigmas dominante e emergente nos processos educativos e na formação do sujeito. Contribuíram para essa análise os estudos feitos por Soares (2020), Mortatti (2006), Behrens (2013) e Marcon (2017) a partir da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico realizada. Para tanto, o primeiro momento do texto apresentará um breve contexto histórico da alfabetização desde o Brasil colônia até o período republicano e sua relação com a colonialidade do poder. No segundo momento, serão abordadas as mudanças advindas da revolução tecnológica e sua influência na produção do conhecimento, contemplando o paradigma emergente e a alfabetização. Ao final, buscaremos apontar novos horizontes para a superação da realidade que nos atravessa a partir da ótica da contemporaneidade.

Palavras-chaves: Alfabetização; Paradigma dominante; Paradigma emergente.

Introdução

Ao longo da história temos acompanhado diferentes momentos que marcam a transformação da sociedade e, em especial, da sociedade brasileira. Essas transformações perpassam por alterações no modo de vida dos sujeitos, envolvendo aspectos culturais, econômicos, sociais e educacionais, sendo este último o que nos interessa neste texto. Para abordar a situação educacional do nosso país, é preciso lembrar que nem sempre a educação foi considerada como direito garantido ao cidadão e foi a Constituição Federal de 1988 que

¹Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Professora da rede municipal de ensino de Teixeira de Freitas – BA e da UNEB. Contato: priscilaalvespereira@gmail.com

²Pós-doutora em Educação pela Universidade de Coimbra – PT. Professora da Universidade do Estado da Bahia. Contato: fcapaula@gmail.com

³Pós-doutor em Educação a Distância e Comunidades de Aprendizagem Internacionais em Língua Portuguesa pela Universidade do Porto – PT. Professor da Universidade do Estado da Bahia. Contato: alfredomatta@gmail.com

⁴Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Bolsista CAPES. Contato: abp.ufba@gmail.com

marcou essa conquista. Nela, a educação é definida como direito de todos, dever do Estado e da família e deve priorizar o pleno desenvolvimento do sujeito, bem como ofertar condições para o exercício da cidadania e inserção no campo profissional.

Partindo desse princípio e entendendo o domínio da leitura e da escrita como direito básico, esse texto tem como objetivo analisar a situação da alfabetização na educação brasileira, considerando a influência dos paradigmas dominante e emergente nos processos educativos e na formação do sujeito. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir dos estudos de Soares (2020), Mortatti (2006), Behrens (2013) e Marcon (2017) e interpretamos os dados encontrados a partir da relação entre colonialidade e paradigma dominante x decolonialidade e paradigma emergente.

2 A colonialidade do poder e o processo de alfabetização no Brasil

A seguir, examinaremos a questão da alfabetização a partir do período do Brasil Colônia, uma vez que ele marca o expansionismo lusitano no território no início de sua formação. Além disso, antes da presença europeia aqui, não havia preocupação com o ensino da língua a partir da perspectiva de aprendizagem da leitura e da escrita, uma vez que a concepção dos indígenas sobre língua difere daquela que lhes foi imputada por meio dos processos colonizatórios.

No Brasil Colônia, o processo educacional foi delegado aos padres jesuítas que tiveram como primeira missão catequizar os indígenas a fim de ensiná-los uma nova fé e, sobretudo, fazê-los obedientes a um superior. O plano de instrução criado pelo padre Manoel de Nóbrega marca esse período colonial e tinha como proposta inicial

o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava em um lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa (Universidade de Coimbra) (SAVIANI, 2011, p. 43)

Para além da violência da exploração física sofrida pelos povos que aqui já habitavam, percebe-se nesse cenário as marcas de uma educação voltada para os imperativos da submissão e do controle. No caso dos indígenas, essas marcas consistiam na mudança de práticas culturais a fim de aproximá-los daquilo que a elite portuguesa compreendia como comportamento humano socialmente aceitável. Assim, práticas como poligamia, nudez e antropofagia foram rechaçadas e à medida que o processo de doutrinação avançava, novas mudanças eram incorporadas ao modo de vida dos habitantes da colônia.

Ao considerar tais habitantes, é preciso esclarecer que diferentes grupos sociais já são

estabelecidos desde o período colonial e a cada um deles o ensino era atribuído de forma diferente. Casimiro (2007, p. 87) explica que

[...] os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ ou para a vida eclesiástica. [...] Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; [...] para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; [...] os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos.

Vemos aqui o nascimento das novas identidades societárias da colonialidade (QUIJANO, 2009) que, posteriormente, com o advento do capitalismo, serão acrescidas de outros grupos. Já nesse contexto é possível perceber o controle do que deveria ser aprendido por cada grupo social a fim de manter o ciclo de servidão e dependência inerente ao domínio da classe hegemônica.

Já o final do período colonial, tem como marca a implantação das aulas régias, fruto da primeira reforma educacional do Brasil, liderada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O objetivo dessas aulas era retirar o controle da educação do domínio dos jesuítas e, conseqüentemente, da Igreja, e dar à Coroa maior poder sobre a formação da população, especialmente no sentido de transformar Portugal e suas colônias em um país desenvolvido e respeitado no contexto europeu.

Em se tratando de alfabetização, até esse período da história, o processo de ensino da leitura e da escrita era baseado nos métodos sintéticos, tendo como principais exemplos, o método da soletração (da letra para a sílaba), o método fônico (do fonema para a letra) e o método da silabação (da sílaba para a palavra). Esses métodos consideravam que a aprendizagem se dava da parte para o todo e, de forma acumulativa, entendia que o estudante ia “juntando os pedaços” até conseguir ler, na perspectiva da decodificação. O desenvolvimento da escrita acontecia por meio da cópia e da memorização.

Já no final do período imperial, a educação brasileira recebe a “Cartilha Maternal”, criada pelo poeta João de Deus, em Portugal. Esse material inaugura o grupo de métodos conhecido como analíticos e, ao contrário dos métodos sintéticos, propõe que a aprendizagem aconteça do todo para as partes. Por esse motivo, a Cartilha Maternal ficou conhecida como método da palavração ou método João de Deus, pois estabelecia que o processo de ensino e aprendizagem se dava a partir da leitura da palavra (todo) e depois partia-se para a análise da composição das sílabas até se chegar aos sons da letra (partes). A escrita continuava

relegada a atividades que envolviam cópia e ditado, com o objetivo de desenvolver uma boa caligrafia.

Apesar da diferença acerca da concepção do processo de ensino (da parte para o todo ou do todo para a parte), tanto os métodos sintéticos quanto os analíticos se baseavam na ideia de língua enquanto código e entendiam a leitura e a escrita como um processo simplificado de codificação e decodificação. Para tanto, tinham como base a memorização e o treino da discriminação auditivo-visual (letra-som). De forma geral, compreendiam a alfabetização como um processo composto por regras que seria facilmente alcançado desde que se cumprisse fielmente as etapas preconizadas pelo método em uso.

Comumente, os métodos sintéticos e analíticos são considerados métodos tradicionais de alfabetização e se baseiam na reprodução do conhecimento, característica inerente ao paradigma dominante (BEHRENS, 2013). Inspiramo-nos nos escritos de Marcon (2017) e Behrens (2013) para compreender que tais métodos se fundamentam numa concepção moderna de ciência, preconizando a racionalidade, a ideia de ordem e estabilidade para se alcançar um resultado – no caso em questão –, a aprendizagem da leitura e da escrita da língua. Não há aqui, nenhuma preocupação em relacionar o conhecimento adquirido no âmbito da escola com a sua utilização no contexto social.

3 A revolução tecnológica e a alfabetização emergente

Como marco histórico, consideramos aqui o avanço científico-tecnológico vivenciado no último século. Esse avanço está ligado ao processo de globalização que se intensificou no contexto brasileiro a partir dos anos 90 e trouxe mudanças significativas no modo de vida das pessoas. Destacamos como ponto positivo os benefícios inerentes a presença da tecnologia no dia a dia da sociedade, mas, como limite, é possível perceber a ampliação das desigualdades quanto ao acesso a ela. Isso tende a tornar a sociedade cada vez mais excludente.

Considerando esse contexto, é preciso pensar em formas de superar a realidade fabricada pela classe hegemônica e ofertar condições para que essa superação aconteça. Essa perspectiva de mudança social alcança a educação e propõe aquilo que Behrens chama de paradigma emergente ou inovador: compreende “a visão de totalidade e o desafio de buscar a superação da reprodução para a produção do conhecimento” (BEHRENS, 2013, p. 54).

No entanto, para alterar a ótica de reprodução para produção do conhecimento é necessária uma nova compreensão de professor, estudante, ensino e aprendizagem. Ainda segundo Behrens,

A ação pedagógica que leve à produção do conhecimento e que busque formar um sujeito crítico e inovador precisa enfocar o conhecimento como provisório e relativo, preocupando-se com a localização histórica de sua produção. Precisa estimular a análise, a capacidade de compor e recompor dados, informações e argumentos. [...] A produção do conhecimento com autonomia, com criatividade e espírito investigativo, provoca a interpretação do conhecimento e não apenas a sua aceitação. (BEHRENS, 2013, p. 55)

Dessa forma, os processos de alfabetização baseados nos métodos tradicionais de ensino não atendem à formação do sujeito numa perspectiva autônoma, crítica e libertadora, uma vez que não favorecem à produção do conhecimento, mas a sua simples aceitação. Ganham espaço nessa área, os estudos envolvendo a Psicogênese da Língua Escrita e, posteriormente, os estudos envolvendo o letramento.

Criada a partir dos trabalhos realizados por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, a “teoria da psicogênese”, como ficou conhecida, trouxe contribuições significativas para a compreensão do processo de aquisição da escrita e foi amplamente estudada e divulgada no Brasil a partir dos anos 90. Tal teoria permitiu aos alfabetizadores compreenderem a língua enquanto sistema notacional, superando a visão de código estabelecida até o momento. Essa compreensão é considerada inovadora para o contexto da alfabetização, pois é a partir dela que se passa a entender que enquanto sistema, a língua tem propriedades e sua aprendizagem perpassa pelo processo de reconstrução que cada aprendente realiza de forma individual, mas com apoio e intervenção do professor.

Soares afirma que a alfabetização “é o processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto das técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita [...]” e define letramento como “capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2020, p. 27). Apesar de conceituá-los como processos distintos, a autora defende que os processos de alfabetização e letramento se dão de forma concomitante no contexto da aprendizagem escolar, uma vez que os compreende como processos simultâneos e interdependentes.

Sob a perspectiva da Psicogênese e do letramento, a alfabetização é vista como um processo que compreende a aquisição da leitura e da escrita a partir dos seus usos nos diferentes contextos sociais em que elas se manifestam. Dessa forma, importa que o sujeito tenha autonomia para fazer uso da leitura e da escrita não de forma mecânica, mas que saiba pensar sobre as mesmas e operá-las nas diferentes situações comunicativas que dependem dos seus usos.

Atualmente, grande parte das escolas assumem um processo de ensino e aprendizagem baseado na psicogênese e na perspectiva do letramento. Isso acontece, ao

menos de forma teórica, uma vez que essas propostas podem ser encontradas nos documentos oficiais das escolas. Entretanto, é válido ressaltar que, apesar da sua massificação, ao compreender a Psicogênese e os estudos do letramento como uma alternativa para a formação do sujeito, não significa que optar por tais propostas de ensino seja uma nova forma de subverter à lógica hegemônica. Ao contrário, se há alguma alternativa para superá-la, acreditamos que essa esperança perpassa por uma formação crítica, autônoma e libertadora, princípios que encontramos nos estudos acima descritos.

4 Novos horizontes para a alfabetização brasileira

Entre os caminhos que vislumbramos rumo ao paradigma emergente, destacamos nesse texto a possibilidade de produção de diversos tipos de conhecimento e valorização dos mesmos no contexto escolar. Isso significa pensar a formação do sujeito a partir de uma visão de totalidade (BEHRENS, 2013) e para tanto, a escola, o currículo, a prática pedagógica, a avaliação e os outros fatores que envolvem o processo educativo precisam ser enxergados sob uma nova ótica.

Nesse sentido, no contexto da alfabetização, encontramos os estudos acerca dos letramentos como alternativa rumo ao paradigma emergente. De acordo com Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p. 22), a alfabetização na perspectiva dos letramentos deve se preocupar com o domínio das propriedades do sistema de escrita padrão, “mas também (com) a comunicação eficiente em diversos ambientes e usos de ferramentas de design de textos que são multimodais, em vez de depender apenas da modalidade escrita”. Considerando a diversidade de contextos e formas de comunicação e, fundamentados nos recentes estudos dos autores citados nesse parágrafo, assumimos o uso do termo “letramentos”, no plural, referente a esse processo.

Em uma sociedade que, para muitos, vive a pós-modernidade, não mais se pode conceber uma prática pedagógica que atua em apenas uma dimensão, pois as crianças, nosso público em questão, encontram-se em um mundo interativo, com todo tipo de conhecimento a fácil acesso e são alcançadas por diferentes situações comunicativas todos os dias. Sendo assim, desde o início do Ensino Fundamental faz-se necessário incluir na rotina escolar, o trabalho com diferentes gêneros textuais, contemplando os diferentes formatos e modalidades em que eles se manifestam.

Uma prática pedagógica que se configura nesse sentido propõe ao estudante mais que o domínio da escrita e da leitura de palavras e favorece aquilo que Freire (2009) sinaliza como leitura de mundo. Conhecendo a realidade da escola pública brasileira e todas as suas fragilidades, a ausência do contato das crianças com uma educação na perspectiva dos

Letramentos pode contribuir para a ampliação das desigualdades e manutenção da lógica capitalista exploratória. Portanto, optar pelo trabalho na perspectiva que a isto se opõe, é colaborar diretamente para a promoção da autonomia e da liberdade do sujeito, não só no contexto educacional, mas também social, político e cultural.

5 Considerações Finais

Com esse texto, buscamos apresentar um breve histórico do contexto da alfabetização no Brasil, perpassando desde o período colonial até os dias atuais. Nesse caminho, percebemos que os métodos considerados como tradicionais de ensino (sintéticos e analíticos) compreendem a aprendizagem da leitura e da escrita a partir da memorização e da repetição. Não há incentivo quanto a uma prática pedagógica que favoreça situações de aprendizagem fundamentadas na reflexão e produção da leitura e da escrita.

Por outro lado, vimos que a partir dos anos 90, a proposta construtivista ganhou espaço no Brasil. Nesse período, os estudos advindos da Psicogênese da Língua Escrita contribuíram para superar a ideia de escrita enquanto código e compreendê-la enquanto sistema notacional. Essa mudança foi fundamental para pensar em práticas pedagógicas que proporcionam o pensar sobre a construção da escrita, respeitando e compreendendo melhor o caminho que as crianças percorrem rumo à alfabetização.

Contribui também para a ampliação do conceito de sujeito alfabetizado, os estudos acerca do letramento, inicialmente compreendido como o uso da leitura e da escrita a partir da sua função social, hoje, a partir dos avanços da sociedade, principalmente quanto aos aspectos tecnológicos, fala-se sobre letramentos (Kalantzis, Cope e Pinheiro, 2020). Pensar em letramentos é admitir a existência de diferentes contextos e diferentes formas de se comunicar, que superam a existência apenas da escrita e da oralidade para essa finalidade. Com o avanço da tecnologia, sobretudo digital, faz-se cada vez mais necessário utilizar meios multimodais para interagir com o mundo, bem como se comunicar com o outro. Sendo assim, defendemos que as diferentes formas de linguagem e de comunicação produzidas nos diversos contextos sociais precisam ganhar lugar no âmbito escolar junto às formas social e academicamente reconhecidas.

Referências

CASIMIRO, Ana Palmira Bitencourt Santos. **Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial**. Revista Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, BA, v. 7. n. 1, p. 85-102, 2007. Disponível em:

<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3879/3188>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 50 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KALANTZIS, Mar; COPE, Bill; PINHEIRO, Petronilson. **Letramentos.** Campinas (SP): Editora Unicamp, 2020.

MARCON, T. **Epistemologia e política educacional:** contribuições de Santos e Wallerstein. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 30–55, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10448>. Acesso em: 6 set. 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** Portal Mec Seminário Alfabetização e Letramento Em Debate, Brasília, v. 1, p. 1-16, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOARES, Magda. **Alfabetrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.